

Dívida externa muito maior este ano

O empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões ainda vai demorar alguns dias para ser assinado, em Nova York, porque pequenos bancos regionais dos Estados Unidos, Oriente Médio e América Latina resistem em ampliar seu risco com o Brasil. Enquanto isso, as autoridades econômicas, em Brasília, já calculam em quanto a dívida externa brasileira, a maior do mundo, vai crescer este ano.

A estimativa oficial é de que o endividamento externo vai crescer 9,7%, devendo a dívida global atingir US\$ 100,8 bilhões ao final de dezembro. São US\$ 92,8 bilhões de dívida de médio e longo prazos, e US\$ 7,9 bilhões de dívidas de curto prazo (ou não registrada). Nos meios financeiros, porém, ressalta-se que esta dívida não registrada pode ser muito maior do que revelam os dados do Banco Central.

Em 1983, a dívida atingiu, oficialmente, US\$ 91,9 bilhões. Houve uma expansão de 10,4% em relação ao ano anterior, quando o endividamento tivera um crescimento de 15,8%. Os documentos oficiais ressaltam que no ano passado houve de fato uma efetiva redução da dívida de curto prazo, que declinou de US\$ 13,0 bilhões para US\$ 8,4 bilhões, por causa do pagamento de empréstimos-ponte.

A dívida externa brasileira representa 10% da dívida global dos países em desenvolvimento, de acordo com cálculos oficiais, o que deveria ser motivo de constante preocupação por parte das autoridades econômicas. Essa preocupação existe, retruca um ministro, mas o montante da dívida não leva o Brasil necessariamente ao caminho de uma moratória. E explica: "O perfil da dívida externa brasileira é alongado e não há períodos de concentração de pagamento de amortizações, ao contrário, por exemplo, da Argentina".

A preocupação, mesmo é com o fechamento das contas do ano passado e deste ano, o último do atual governo. O déficit em transações correntes, em 83, terá atingido US\$ 8 bilhões, e a previsão para este ano é de que ele declinará para US\$ 6 bilhões.

Mas é preciso fazer uma ressalva aos cálculos oficiais: todas as contas feitas juntamente com o FMI prevêem uma taxa de juros internacionais em torno de 10% no primeiro semestre e 9% no segundo, sobre a parcela variável da dívida.

Em primeiro lugar, todas as indicações são de que as taxas de juros nos Estados Unidos, hoje em torno de 10,5%, vão aumentar proxima-mente. Segundo, como mais de 80% da dívida externa do Brasil está sujeita a taxas flexíveis de juros, uma alteração da taxa de juros em um ponto percentual implica uma alteração de pagamentos de juros de mais de US\$ 500 milhões. Portanto, o déficit em transações correntes este ano será muito superior ao estimado, a começar pelo fato de que o pagamento de juros não ficará nos US\$ 11,5 bilhões previstos, mas pelo menos em US\$ 13 bilhões.

Quanto ao empréstimo-jumbo, que ampliará o endividamento e servirá basicamente para pagar parte dos juros devidos este ano, dificilmente será assinado esta semana. O ministro da Fazenda, Ernane Galvéas, reiterou que persiste a incerteza quanto à data do fechamento. E fontes da área financeira asseguram que há outros problemas além da falta de apenas US\$ 100 milhões para se alcançar os US\$ 6,5 bilhões pretendidos. As autoridades econômicas negam isso com veemência, e insistem que o jumbo ainda não está assinado porque desejam que todos os bancos relacionados na programação participem do pacote financeiro.

Este ano, a dívida brasileira junto aos bancos norte-americanos deve aumentar mais do que o previsto. Uma fonte da área financeira prevê que, em última instância, os grandes bancos americanos vão acabar por colocar mais dinheiro no pacote brasileiro. Em junho de 83, o Brasil devia aos bancos americanos cerca de US\$ 20,4 bilhões, dos quais 40% venciam em um ano ou menos, 35% entre um e cinco anos, e 25% em mais de cinco anos. Aos nove maiores bancos dos Estados Unidos, o Brasil devia, em junho, cerca de US\$ 13,3 bilhões.

Assis Moreira